

Época Normal

Semestral

☐

1ª Chamada

Anual

1ª Chamada

☐

1º Teste

☐

2º Teste

☐

Global

☒

2ª Chamada

2ª Chamada

☐

Época Recurso

☐

Época Especial

☐

Exame Especial

☐

Duração: 02 h 00 m

Tolerância: 0 minutos

☒

Com Consulta

Lei n.º91/2001 (LEO)

☐

Sem consulta

Docente: Soraia Marla Gonçalves

Data: 04 / 07 / 2007

Notas:

Nome: _____ N.º: _____

- Esta prova é constituída por uma **PARTE A**, um Teste de Escolha Múltipla que vale 8 valores e uma **PARTE B** com três questões a valerem 12 valores (4 valores cada).
- Na **PARTE A** responda a **uma e uma só** das alíneas, no enunciado do exame.
- Atenção que se pode pedir a afirmação verdadeira ou a afirmação que **não é** verdadeira.
- Responda a uma e uma só das alíneas seguintes fazendo um círculo em torno da alínea que lhe parece correcta.
- Se se enganar, risque por cima e escreva o círculo noutra alínea que considere correcta.
- Só há **uma** resposta certa. Uma resposta **certa** tem a cotação de 0,5 valores e uma resposta **errada** terá uma cotação negativa de 0,2 valores.
- As respostas às questões da **PARTE B** devem ser dadas nas folhas de exame.
- Na **PARTE B** responda apenas ao que lhe é pedido, tendo como limite uma folha de exame.
- Não é permitido qualquer contacto com os colegas.
- Não é permitido o uso de telemóveis durante a prova.
- Não são permitidas saídas durante a realização do exame.
- Preencha o cabeçalho da folha de exame e ponha um elemento identificativo em cima da mesa em local visível.
- Coloque o nome e número no canto superior direito desta página das notas.

Bom trabalho!

PARTE A

1. Diga qual das seguintes afirmações é do âmbito da análise positiva:
 - a) O Estado só deve recorrer ao crédito para financiar investimentos.
 - b) Prevê-se que o crescimento do PIB no ano seja de 1,3%.
 - c) O governo devia liberalizar o mercado de arrendamento.
 - d) A tributação sobre as empresas deveria ser reduzida.
2. Diga qual das seguintes afirmações é falsa:
 - a) Os objectivos macroeconómicos, elevada nível de emprego e estabilidade de preços, são conflitantes.
 - b) Os Clássicos partem do pressuposto de que a oferta induz a procura.
 - c) Os Monetaristas defendem a utilização de políticas orçamentais discricionárias para efeitos de estabilização económica.
 - d) Keynes defende que o Estado deve levar a cabo a função de estabilização económica.
3. Diga qual das seguintes afirmações **não** é verdadeira:
 - a) Os defensores do Estado Imperfeito consideram que é necessário precaver em relação aos fracassos do governo.
 - b) Os defensores do Estado de Bem-Estar aceitam naturalmente o défice público.
 - c) Os defensores do Estado Mínimo dão primazia ao crédito como recurso financeiro do Estado.
 - d) As Finanças Modernas, sobretudo na Europa, são uma síntese do Constitucionalismo Financeiro e das Finanças Intervencionistas.
4. Qual das regras de organização do Orçamento de Estado determina a existência das classificações orçamentais da despesa:
 - a) Regra da plenitude.
 - b) Regra da universalidade.
 - c) Regra da especificação.
 - d) Regra da não compensação.
5. Os bens públicos puros são bens:
 - a) Exclusivos e de satisfação passiva.
 - b) Não exclusivos e parcialmente rivais.
 - c) Não exclusivos e não emulativos.
 - d) Exclusivos e não rivais.

6. Do ponto de vista da autonomia orçamental podemos considerar a existência dos regimes:
- a) Autonomia patrimonial, autonomia de tesouraria e autonomia creditícia.
 - b) Autonomia administrativa, autonomia administrativa e financeira, caso especial e independência orçamental.
 - c) Autonomia administrativa e autonomia administrativa e financeira.
 - d) Autonomia administrativa, autonomia administrativa e financeira e independência orçamental.
7. Qual das seguintes afirmações não é verdadeira relativamente ao subsector serviços e fundos autónomos:
- a) O regime de administração financeira que os caracteriza é o regime de execução regra.
 - b) A sua existência é determinada pela descentralização administrativa.
 - c) Podem possuir autonomia administrativa e financeira mesmo que não possuem receitas próprias que cubram 2/3 das suas despesas.
 - d) Possuem autonomia patrimonial.
8. O classificador económico das despesas:
- a) Desagrega as despesas em agrupamentos, subagrupamentos e artigos.
 - b) Utiliza como distinção fundamental a tipologia despesas funcionamento/ investimento.
 - c) Distingue as despesas de acordo com a sua natureza económica.
 - d) Nenhuma das anteriores.
9. Relativamente ao controlo do Orçamento de Estado diga qual das seguintes afirmações é verdadeira:
- a) A Assembleia da República efectua um controlo “à priori” ao nível das despesas públicas.
 - b) A responsabilização só pode ser levada a cabo por um tribunal.
 - c) Todas as despesas estão sujeitas ao visto prévio do Tribunal de Contas.
 - d) A Inspecção-geral de Finanças efectua um controlo orçamental específico da despesa pública.
10. No ordenamento português, a existência do período complementar de execução das despesas refere-se a:
- a) Uma aplicação do sistema do orçamento de exercício.
 - b) Uma violação da regra da anualidade.
 - c) Uma violação do sistema de orçamento de exercício.
 - d) Nenhuma das anteriores.

11. A distinção chave do critério de equilíbrio (substancial) do activo de tesouraria é:
- a) Entre receitas/despesas efectivas e receitas/despesas não efectivas.
 - b) Entre receitas/despesas ordinárias e receitas/despesas extraordinárias.
 - c) Entre receitas/despesas correntes e receitas/despesas de capital.
 - d) Nenhuma das anteriores.
12. Qual das seguintes situações consiste numa violação das regras de execução das despesas:
- a) A despesa deve estar inscrita no orçamento.
 - b) O facto gerador da despesa deve respeitar as normas legais aplicáveis.
 - c) No caso de consignação a despesa fica sujeita apenas ao cabimento na rubrica respectiva.
 - d) A despesa deve ter cabimento na respectiva rubrica.
13. O Orçamento de Estado Português é aprovado:
- a) Na especialidade pela Comissão de Orçamento e Finanças.
 - b) Na generalidade pelo Governo.
 - c) Na generalidade pela Comissão de Orçamento e Finanças.
 - d) Nenhuma das anteriores.
14. O Orçamento de Estado Português inclui:
- a) Os orçamentos do sector empresarial do Estado.
 - b) Os orçamentos da administração regional.
 - c) Os orçamentos da administração central e da segurança social.
 - d) Os orçamentos da administração local.
15. O Orçamento de Estado Português utiliza os seguintes critérios de orçamentação modernos:
- a) Orçamentos funcionais, económicos e orgânicos.
 - b) Orçamentos programa e orçamentos funcionais.
 - c) Orçamentos programa, funcionais e por actividades.
 - d) Orçamentos funcionais e económicos.
16. A legislação portuguesa determina, relativamente ao equilíbrio orçamental, que o subsector dos serviços integrados deve cumprir o conceito de equilíbrio do:
- a) Orçamento corrente.
 - b) Orçamento efectivo.
 - c) Orçamento primário.
 - d) Orçamento ordinário.

PARTE B

1. Diga quais são os princípios rígidos da contabilidade pública que devem ser cumpridos na fase da execução do orçamento. Explicite-os.
2. Podemos falar da existência de Finanças Públicas Modernas, enquanto tipo ideal, onde se consideram elementos da realidade das finanças públicas dos países da UE que integram a UEM.
 - 3.1. Que abordagens de finanças públicas influenciam as Finanças Públicas Modernas.
 - 3.2. Quais as características fundamentais das Finanças Públicas Modernas.
3. Com base no quadro seguinte, retirado da síntese financeira mensal da DGO, obtenha:
 - 3.1. O valor do saldo corrente e do saldo de capital, do subsector Estado para o trimestre Janeiro/Maio de 2007.
 - 3.2. O valor do saldo primário, do subsector Estado para o trimestre Janeiro/Maio de 2007.

Quadro 1. Execução orçamental do subsector Estado
(Período: Janeiro a Maio)

€ Milhões

	2007
Receitas correntes	16.195,4
Receitas fiscais	14.848,6
Impostos directos	6.303,1
Impostos indirectos	8.545,5
Outras receitas correntes	1.346,8
Despesas correntes	15.938,3
Despesas com o pessoal	5.071,4
Aquisição de bens e serviços correntes	343,8
Juros e outros encargos	1.795,7
Transferências correntes	8.469,3
Administrações Públicas	7.334,6
Outras	1.134,8
Subsídios	135,3
Outras despesas correntes	122,8
Receitas de capital	114,2
Despesas de capital	1.338,8
Investimento	94,2
Transferências de capital	1.235,6
Administrações Públicas	793,8
Outras	441,8
Outras despesas de capital	9,0

Fonte: Ministério das Finanças